

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

**MORAL E OS BONS COSTUMES COMO FICAM? CENSURA, DITADURA  
MILITAR E PORNOGRAFIA EM "A DAMA DA LOTAÇÃO"**

Luciana Calissi  
Professora da Universidade Estadual da Paraíba  
lcalissi@ig.com.br

Carlos Adriano Ferreira de Lima  
Professor da Universidade Estadual da Paraíba e UVA/UNAVIDA  
carlosadriano\_@hotmail.com

Pornografia é um tabu. Basta observar a carência de trabalhos acadêmicos dedicados ao tema que não encontra sua contrapartida na produção e circulação dos mesmos. A velha máxima popular de que "sexo vende" pode ser confirmada pelo crescente número de lançamentos e reconhecimento dos principais nomes envolvidos nas produções. Pensando nisso, nossa proposta vem na tentativa de compreensão de como o mesmo se institui enquanto gênero, reconhecer a relação estabelecida com o seu público e seus desdobramentos na indústria cultural<sup>1</sup>.

Nosso principal corpus de análise são os arquivos da Polícia Federal e demais documentos oficiais relativos às práticas de censura no Regime Militar, em especial, sobre o filme *A Dama da Lotação* (1978). Dessa forma, nossa proposta ultrapassa a curiosidade fetichista e entra em consonância com a tentativa de compreensão de nosso passado recente. Para tanto nosso trabalho começa contextualizando o papel do Regime Militar com a censura e termina com nosso estudo de caso.

O papel das Forças Armadas no Brasil, até início dos anos 80, pode ser analisado dividindo-se a sua atuação em dois momentos básicos. Num primeiro momento como instrumento de defesa do território nacional e, num momento posterior, como um dos atores importantes do cenário político brasileiro.

Segundo FURTADO (1980), é possível perceber uma evolução gradativa da participação das Forças Armadas no cenário político brasileiro, partindo das guerras de fronteiras no final do século XIX até chegar ao Estado Militar pós-64.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

No século XIX, os países latino-americanos passaram a se preocupar com a modernização de seus exércitos. No Brasil isto se refletiu na ascensão da classe militar como elemento imprescindível à Nação. Devido à crescente priorização do governo com relação ao exército e sua crescente valorização, cada vez mais este conquistou um espaço importante dentro do quadro social, criando-se uma nova “inteligência” nacional.

No início do século XX existiu um constante conflito entre a República Oligárquica cafeeira, que cresceu com a expansão do café, e os interesses da classe média urbana já existente no País. A classe média que se dizia progressista e exigia uma maior abertura do processo político, passou a utilizar as Forças Armadas, também enquanto instituição ascendente, como instrumento de combate à oligarquia.

A partir de 1930, até a década de 60, a crise de exportação do café, a industrialização na Era Vargas e no pós-guerra, geraram a urbanização e o conseqüente crescimento tanto da classe operária, como da burguesia e da classe média, e necessidade de novas estratégias políticas no cenário nacional. Para WEFFORT (1980), é neste momento que se inicia o fenômeno do populismo; um estilo de governo que se estabeleceu no país entre 1930 e 1964.

A partir de 1950, com a crescente industrialização e, conseqüentemente o aumento da urbanização e da classe operária, juntam-se ainda os ideais anti-autoritários, anti-nazi-fascistas, devido, principalmente, à derrota do Eixo na Segunda Grande Guerra. Os conflitos estenderam-se e se solidificaram cada vez mais entre o ideal liberal do governo, com a aparente, mas não real participação do povo no poder, e as aspirações das massas populares urbanas, que exigiam abertura, principalmente pós-guerra e pós-governo Dutra.

A abertura se tornava cada vez mais evidente e isto atemorizava a parcela mais conservadora do poder, o que contribuiu para que a classe média liberal progressista se aliasse às Forças Armadas para a luta política. É neste sentido que as Forças Armadas desempenham um papel progressista: “Coube assim às Forças Armadas, nesta fase,

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

desempenhar um papel essencialmente político, voltado para a modernização da sociedade.” (FURTADO, 1980, p. 12).

Porém, a resistência da classe conservadora, junto ao pânico da classe dirigente diante da possibilidade de uma abertura política não desejada, acarretou na utilização das Forças Armadas para o controle social, sem mesmo a democracia formal. Foi neste momento que as Forças Armadas deixaram de cumprir o papel de instrumento de modernização das instituições progressistas, para cumprir um papel autoritário assumido, um governo que garantisse a “segurança social” a qualquer custo.

As Forças Armadas mudaram o seu perfil de atuação e se juntaram a ala conservadora nacional. Passaram a exercer um governo, em muitos aspectos, oposto ao governo até então estabelecido. O esforço de se criar uma economia autônoma, uma política mais independente, de atender algumas aspirações sociais, como por exemplo, a reforma agrária, pretendida por Jango, foi contrariado pelo governo pós-golpe de 64.

Quando o governo militar estabeleceu-se no poder, o projeto de governo visava uma estabilidade social pela "pastorização".<sup>ii</sup> Este modelo tinha como principal objetivo aliviar as tensões sociais que se faziam perceber principalmente nos centros urbanos.

O autoritarismo, caracterizado por decretos e atos institucionais, foi um dos mecanismos utilizado para o controle social. Diminuiu-se a resistência da classe operária, criaram-se instrumentos de controle nos meios de comunicação, inclusive para “selecionar” o que deveria chegar às massas. Todo tipo de oposição foi sendo, pouco a pouco, eliminada ou controlada pelo Estado.

O controle integral do Estado pelos militares e sua auto-legitimação pelos Atos Institucionais constituíram o mais formidável reforço do poder público central jamais experimentado no Brasil, resultando em haver equipado o Governo com meios coercitivos dificilmente iguais nos regimes mais autoritários.” (HOLANDA, 1981, p. 32)

O período entre a edição do AI-5 e a posse de Garrastazu Médici, foi um dos mais repressivos da história política recente do Brasil, quando boa parte das medidas de

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

exceção foi imposta ao povo brasileiro. 1968 firmou-se como um marco de radicalização deste sistema de governo, atingindo diversos tipos de lugares sociais. As escolas, universidades, teatros, cinemas, as ruas e as casas, passaram a ser observadas a partir de critérios rígidos de conduta e de censura; e os anos setenta, representaram um período em que este controle através de diversos mecanismos, expurgou diversas possibilidades políticas e culturais do país.

A censura no Brasil, não foi criada no Estado Militar da década de 1960.

[...] as suas sementes foram lançadas pelo primeiro ditador brasileiro, Getúlio Vargas, estando presentes no Código Penal de 1940, por obra e graça de Francisco Campos; durante o período democrático, o Brasil não reviu à legislação corporativista: ao contrário, manteve boa parte daquele entulho legal, ainda que o usando comparativamente pouco. Assim, já havia, como em outras áreas de possível ação governamental, uma legislação repressiva e centralizadora, que a ditadura militar utilizou. (SOARES, 1988, P. 2)

A utilização da censura no Regime Militar variou no tempo e no espaço em forma e intensidade.

[...] A história da repressão (e da liberdade de imprensa) divide-se claramente em três períodos: antes do AI-5, entre o AI-5 e o início do governo Geisel, e de então até a restauração da democracia. Antes do AI-5, a censura estava incluída entre as medidas que poderiam ser adotadas se "necessárias para a defesa [do regime]", assim como em caso de estado de sítio. Posteriormente, essas medidas coercitivas foram postas em prática sem que fosse declarado o estado de sítio. Com o AI-5 a situação piorou consideravelmente: no mesmo dia da publicação do Ato, o *Jornal do Brasil* foi ocupado por dois oficiais; no dia seguinte, os jornalistas substituíram o material aprovado, publicando o material proibido; [...] (SOARES, 1988, P.3)

A censura também se referiu a diversos aspectos e sentidos da vida sócio-política brasileira. As manifestações culturais se viram controladas tanto pela dimensão política (postura contra o Regime propriamente dito), como moral, levando-se em consideração as normas de bom comportamento social, dos bons costumes. Estas duas dimensões se complementavam e compunham condições favoráveis para o controle da

sociedade como um todo. Esta divisão entre a censura política e a censura moral foi constatada inclusive a partir dos atos e leis do regime.

O Decreto-lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970, instituía a censura prévia de publicações contrárias à moral e aos bons costumes, através da instrumentação, pelo governo Médici, da censura de diversões públicas para coibir aspectos políticos do teatro, cinema e TV<sup>iii</sup>. Os aspectos políticos estavam estreitamente ligados aos aspectos morais. E neste sentido, compreender a censura das diversões públicas, pode significar a compreensão da moral que delimita as regras de boa conduta e suas contradições.

O cinema compõe um importante objeto para este tipo de análise. Neste sentido, causa uma surpresa inicial que um gênero como a *Pornochanchada* tenha sua origem no regime ditatorial. Sobre tal rótulo podemos falar dos filmes que,

Apontava na direção do questionamento dos costumes, da exploração do erotismo[...] conjunto de filmes com temáticas diversas mas com formas de produção aparentadas - identificado como comédia erótica, rapidamente conquistou amplas parcelas do mercado [...] A pornochanchada foi mais uma expressão nacional, um reflexo da onda de permissividade, de liberação de costumes da época, uma tematização da “revolução sexual” à brasileira, tecendo tramas que se prendiam às paqueras, às conquistas amorosas, à virgindade, ao adultério, a viúva disponível e ferosa, aos “dilemas do dar e do comer”. Expunham a nudez – cuja fartura estava quase sempre em relação direta com o bom faturamento. (RAMOS, 2000)

Partindo do pressuposto de que a censura moral tem como critério e base de sustentação, a moral cristã, e que, o cristianismo predominante no país era católico, a compreensão do papel da Igreja Católica neste período é imprescindível.

Uma das constatações possíveis neste processo de repressão política e moral do Regime Militar é a de que os diversos setores sociais; militares, sindicalistas, políticos ou religiosos, foram atingidos pela ditadura. Todos aqueles que fossem considerados opositores ao Regime ou da moral e dos bons costumes, estavam sujeitos às punições previstas na legislação em vigor.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

A Igreja, Como uma das principais instituições religiosas do Brasil até então, no início da década de 60 havia apoiado diversos atos contra a Reforma Agrária, movimentos grevistas e comunistas, além do apoio ao golpe. Porém, dois aspectos importantes devem ser observados. Primeiro é que esta postura não era internamente homogênea; a segunda é que esta instituição passava por mudanças, de acordo com o Concílio Vaticano II, que visava estabelecer uma atuação política em prol dos necessitados e injustiçados.

A partir da década de 1970, a Igreja encontrava-se distanciada das principais autoridades governamentais e muitos setores e representantes da Igreja se juntavam a diversos movimentos contra a censura e a outros movimentos humanitários. “A Igreja, que apoiara a deposição de João Goulart, passa por profundas transformações e começa a enfrentar dificuldades crescentes nas suas relações com o Estado, tornando-se também vítima de seus atos repressivos [...]” (ARQUIDIOCESE, p. 63).

Neste contexto, algumas questões foram levantadas durante a realização deste trabalho, e se referem à aparente contradição entre a moral cristã e a repressão política, uma vez que a Igreja representa a moral ou mentalidade cultural predominante e ao mesmo tempo entra em choque com diversos atos políticos deste governo. O Estado se distancia da Igreja e a Igreja é peça importante deste jogo político e instrumento de censura moral. Contudo, tal questão denotaria outras análises e abordagem ficando aqui nossa sugestão para uma possível pesquisa.

De qualquer forma, a moral cristã prevalecia, e ao mesmo tempo o apoio a censura por parte da população também. Mas quem apoiava tal forma de governo? As classes média, popular ou alta, cada uma delas tinha representantes defensores das leis de controle social do Estado e da política governamental como um todo. A resistência se encontrava na verdade, restrita a alguns setores sócio-culturais, à determinados grupos políticos que se expressavam de diferentes formas os quais estavam presentes em diversos lugares sociais. Apesar da luta armada, de greves e passeatas como as dos 100

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

mil de 1968, grande parte da população vivia sem a mesma percepção que estes grupos sociais.

Principalmente com o advento do “Milagre Brasileiro” e das constantes propagandas estatais que legitimavam e engrandecia este tipo de governo, a população em geral defendia a censura como responsável pela ordem social. Fazia parte da estratégia da “indústria cultural” daquele período, a propaganda anti-comunista e contra toda a manifestação de oposição política, enaltecendo o Regime.

“O Governo Médici não se limitou à repressão. Distinguiu claramente entre um setor significativo mas minoritário da sociedade, adversário do regime, e a massa da população que vivia um dia-a-dia de alguma esperança nesses anos de prosperidade econômica. A repressão acabou com o primeiro setor, enquanto a propaganda encarregou-se de, pelo menos, neutralizar o segundo. (FAUSTO, 1997, p. 484).

A propaganda que legitimava o Regime; legitimava também uma determinada moral cristã tradicional, baseada nos princípios da TFP (Tradição, Família e Propriedade), de bons costumes que representassem a ordem, a reverência e a submissão. Esta legitimação é possível ser comprovada a partir do corpus documental a ser aqui apresentado e analisado.

Esta moral na verdade não foi criada pela ditadura. Esta somente a enfatizou, a valorizou e a utilizou como mais um instrumento de controle social perante as antigas “ameaças” à moral e bons costumes, apresentadas por grupos “alternativos”, como estudantes e artistas dos CPC, Movimento Hippie, movimentos musicais “de protesto”, e, em especial, o cinema, que entre o desbunde e a luta armada, encontra um campo fértil neste período.

É a partir desta perspectiva da censura moral e de seus apoiadores, que se pretende desenvolver o trabalho proposto. Se a censura moral fazia parte do contexto sócio-cultural do período, como o cinema pornográfico, sob a censura dos divertimentos, se consolidou como gênero? Qual o público que o assistia e o

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

condenava? Qual a relação do Estado com os sucessos de bilheteria, mesmo aqueles que iam de encontro ao que definimos como censura moral?

Considerando-se então a possibilidade de trabalho com diversos tipos de fontes históricas, e embora as audiovisuais se estabeleçam atualmente com certo privilégio sobre as fontes de arquivo e oficiais, este trabalho vai no sentido contrário; o principal corpus documental compreende fontes de arquivos oficiais sobre o filme. Tentamos compreender a obra a partir de sua recepção.

O filme que dedicaremos especial atenção em nossa análise é *A Dama da Lotação* (1978). Baseado numa história de Nelson Rodrigues e dirigido por Neville Almeida conta a história de Solange (Sônia Braga) que na noite de núpcias é violentada por seu marido Carlos (Nuno Leal Maia). Diante do ocorrido, mesmo desejando seu marido não consegue manter relações com ele, e, decide recorrer a outros homens, desconhecidos na lotação (meio de transporte público).

Tivemos dois como principais motivos de nossa escolha. Pelas linhas gerais que expusemos da narrativa, podemos observar que o mesmo segue de encontro ao moralmente aceito e recomendável, mesmo assim, o filme foi liberado e sucesso de público no período. O segundo motivo, uma carta de alguém que assistiu o filme e, num rompante de vergonha/ira/pudor religioso entrou em contato com as autoridades sobre o que considerou uma obra “imoral e degradante”.

Nosso *corpus* documental sobre o filme consiste em documentação da Polícia Federal e Ministério da Justiça e, nos ajudará a elucidar que o caminho do filme não foi dos mais tranquilos. Nossa principal base de pesquisa foi o projeto **memória da Censura no cinema Brasileiro (1964-1988)** coordenado por Leonor Souza Pinto que consiste na catalogação e sistematização de documentação relativa ao cinema do período correspondente a ditadura no país. Graças a este hercúleo trabalho de organização de mais de 14 mil documentos correspondendo a mais de 400 filmes que a memória cinematográfica do país conseguiu ser preservada em parte.



Sobre o filme em questão, graças ao projeto, conseguimos três pareceres sobre o que deveria ser cortado do filme, solicitações de certificados de exibição e a solicitação por parte dos distribuidores da exibição sem cortes. Além disso, encontramos a carta da Sra. Amea Carvalho e os documentos relativos ao encaminhamento da mesma.

No tocante aos documentos o parecer 696/78 nos parece dar conta do momento histórico em que o filme é produzido,

Tendo-se em vista que a obra está revestida de grande apuro técnico e de seriedade e, ainda, por considerar que entre as cenas suprimidas encontram-se tomadas que podem ser exibidas ao público, **sugeriríamos que se devolvesse o filme** à parte interessada para que se fizesse uma remontagem. **Devem ser eliminadas** todas as tomadas nas cenas do 1º e 4º rolos (grifo nosso)

Podemos observar como o jogo de palavras nos exhibe o clima político. No texto a idéia da “sugestão” de devolver o filme para ser remontado vem seguido da obrigatoriedade do que ser feito, ou seja, se quer a liberação faça as alterações. A classificação etária do filme com os cortes continuou em 18 anos. Todavia, não foi o documento que mais nos chamou a atenção.

Era uma carta escrita à mão, com três páginas, cujo conteúdo poderia passar inadvertido em outro momento. Escrita no sábado, 18 de Abril de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, sua remetente Amea Campos Carvalho, pelo tom do texto, encontra-se constrangida.

Imbuída do que considera os mais altos princípios cristãos, éticos e morais, decide escrever ao então Ministro da Justiça o Senhor Armando Ribeiro Falcão. Sua escrita é franca, sem pausas para maiores inflexões que pudessem adular ou mesmo reduzir seu incômodo. Sua letra firme e a ausência de pontos de pressão marcantes no início ou fim de palavras, tão comuns de quem escreve pausadamente. As pequenas falhas de ortografia, e mesmo erros de escrita, estão lá. Causa-nos a impressão de ao escrever, expurgar a sensação ruim e qualquer pausa impediria aquela espécie de fluxo de consciência. Sua queixa é contra o filme que terminou de assistir. Não é possível

que um país onde exista censura um filme como o ultrajante *A Dama da Lotação* encontre espaço para ser exibido – é sua primeira e constante queixa nessa missiva.

Em suas próprias palavras, “meio quadrada e meio moderna”, tinha 48 anos e não gostaria de ser vista como uma espécie de carola, afinal, diz conhecer a vida como ela é. Sua preocupação seria com a corrupção de jovens e adultos ao assistir àquele “degradante espetáculo” proposto na película. Seu texto chega às mãos do Acessor Especial do Ministro da Justiça Fernando B. Falcão, cujo protocolo data de uma semana após o envio. Mesmo que o texto tente ser polido e respeitoso para com o ministro, não faltam farpas contra Sônia Braga e o filme e, por consequência, em sua ira não são eclipsadas as suspeitas que possui sobre a liberação do filme vinculada a questões de ordem financeira. Afinal, estamos falando de um filme estrelado pela musa nacional numa época em que cinema era diversão popular<sup>iv</sup>.

Contudo, o que Amea Carvalhal não sabia é que até a liberação do filme tinha um sentido político. Pela documentação pesquisada encontramos a seguinte observação sobre a película:

Produção nacional que se constitui numa tentativa de analisar a conduta moral de uma jovem apossada por trauma de infância. Em todo desenrolar, a película explora situações que envolvem lesbianismo, nudez e sucessivos relacionamentos íntimos, com riqueza de detalhes. **Enfatiza**, precipuamente, os **aspectos grotescos, chocantes e insólitos do comportamento da personagem central**. (grifo nosso)

Presente no parecer de nº 667/78 o texto apresenta os trechos do filme que devem ser retirados. Conforme podemos observar, existem motivos para liberação do filme por parte do censor. O verbo enfatizar é utilizado para aquilo que os censores entendem no filme: um retrato da perversão e devassidão de uma mente atormentada. Neste sentido, *A Dama da Lotação*, ao contrário do que pensa Amea Carvalhal em sua carta, é o filme que um regime com censura exhibe, pois, sua personagem principal e seu distúrbio servem aos olhos do censor como exemplo dos que transgridem a ordem e a moral. Podemos até mesmo especular que o filme não teria o mesmo crivo da censura se

a personagem fosse considerada dentro dos padrões de normalidade ao qual os censores acreditam ser o correto. Podemos corroborar nossa justificativa de que a liberação é intencional, pois os censores solicitam cortes das cenas mais explícitas com riqueza de detalhes sexuais e não existem referências para cortes nas cenas que enfatizem o “distúrbio” da personagem principal.

O que podemos concluir? Primeiro, podemos observar que o aparato repressivo da ditadura ultrapassa a militarização e utiliza de práticas moralizantes. A liberação de um filme como “A Dama da Lotação” tem sua razão de ser, o imoral aqui não é, aos olhos dos censores exaltado, mas, apresentado como proveniente de uma distúrbios existe dessa forma um jogo de intenções. E o mais importante, o historiador não deixar de falar de determinados assuntos por serem tabus. O filme pornográfico entra nesta categoria. Motivos para análise deste gênero não faltam:

A pornografia é imputada a perversa capacidade de se infiltrar nos discursos, de impregnar os objetos de contornar as barreiras para se expor. É caracterizada, muitas vezes, por separar, cortar, decupar os corpos, retirando sua integridade física e social. [...] a pornografia supõe uma certa capacidade de excitar os apetites sexuais de seus consumidores, algo que fale à libido. Provavelmente por isso suas manifestações (ou produtos) são consideradas ultrajantes ao pudor, obscenas. (ABREU, 1996)

Permite compreender o que é permissivo/permitido no âmbito da sexualidade. Os padrões de normal/anormal ao qual aderem a sociedade que o produz/consome. Um gênero milionário que move uma indústria gigantesca e que, raramente, passa pelo crivo do historiador. Escolhemos este filme pelo mesmo fazer parte daquilo que Marc Ferro vai definir como Tabu:

Tem a ver com algo perigoso de ser dito, interdito; algo que estorva, vedando o acesso a certos bens, espaços e informações [...] Imposto pela tradição, por costumes ou interesses políticos e pessoais, o tabu não deixa de ser uma instituição convencional. (FERRO, 2003)

Tentamos dessa forma, romper um de nossos tabus acadêmicos que é a discussão sobre uma obra de cunho pornográfico, grande sucesso de público e que, no final das

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

contas, não passou despercebida pela ditadura, muito ao contrário, teve por ela seu discurso reapropriado, demonstrando dessa forma como os aparatos repressivos podem fazer uso dos elementos até mesmo considerados subversivos. Além disso, a análise da produção cultural sobre o qual é silenciado muito nos revela da sociedade que analisamos e da qual fazemos parte. Afinal, os tabus não ficaram circunscritos ao passado e estão presentes até mesmos nos objetos que escolhemos para análise.

---

<sup>i</sup> Expressão cunhada por Theodor Adorno e Max Horkheimer e diz respeito à relação entre o consumo, cultura e o capitalismo. Mesmo leituras pós-estruturalistas admitem a pertinência desta perspectiva de análise tão atual.

<sup>ii</sup> FURTADO, Celso. *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar*

<sup>iii</sup> FICO, Carlos. **“Prezada Censura”: cartas ao regime militar**

<sup>iv</sup> Nos anos 1970, o cinema consiste numa das maiores formas de diversão do período conforme podemos observar nas bilheterias do período disponível no site [www.filmeb.com.br](http://www.filmeb.com.br).

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:**

ABREU, Nuno Cesar. **O olhar Pornô**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil Nunca Mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Iloesp, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997.

FERRO, Marc. **Os Tabus da História: A face oculta de acontecimentos que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

FICO, Carlos. **“Prezada Censura”: cartas ao regime militar**. In:

[http://revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/topoi05/topoi5a11.pdf](http://revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi05/topoi5a11.pdf) acessado em 09/11/2009

FURTADO, Celso – *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar* In: FURTADO, Celso. **Brasil: Tempos Modernos** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968

HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem; CPC, Vanguarda e Desbunde: 1969/70**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JAGUARIBE, Hélio – *Brasil: Estabilidade Social pelo Colonial-Fascismo?* In: FURTADO, Celso. **Brasil: Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada: História da Censura no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

- 
- PINTO, Leonor Souza. **Projeto Memória da Censura no Cinema Brasileiro (1964-1988)**  
<http://www.memoriacinebr.com.br> acessado em 01/11/2009.
- RAMOS, Fernão (org.) **Enciclopédia do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. **Censura durante Regime Autoritário**. In:  
[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm) acessado em  
13/11/2009.
- WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.